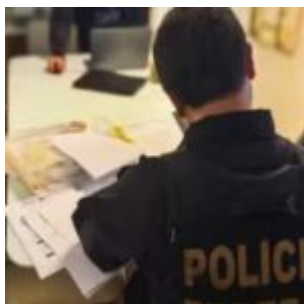


# PF flagra suplente de Alcolumbre sacando R\$ 350 mil durante investigação sobre desvios no Dnit

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 13 de março de 2026



A Polícia Federal (PF) flagrou o empresário Breno Chaves Pinto, segundo suplente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deixando uma agência bancária com R\$ 350 mil em espécie e entrando em um carro registrado em nome de uma empresa pertencente a primos do senador. O episódio consta em relatório de monitoramento da investigação que apura fraudes em licitações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no Amapá, obtido pelo GLOBO.

Agentes passaram a seguir os passos de Chaves Pinto após receberem um alerta do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre saques em espécie em valores considerados altos. A PF identificou que essas retiradas de dinheiro ocorriam pouco tempo após o recebimento de recursos provenientes de contratos públicos, configurando indícios de “lavagem de capitais”.

A PF apura suspeitas de que o suplente de Alcolumbre é um dos líderes de uma organização criminosa suspeita de conluio e simulação de competitividade em licitações do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) do Amapá.

Segundo o inquérito, o empresário atuava como o líder de um dos núcleos do esquema, “exercendo forte ingerência institucional no DNIT/AP, valendo-se de sua condição de suplente de senador da República para praticar, em tese, o crime de tráfico de influência”.

“As investigações financeiras demonstraram vultosos e sucessivos saques em espécie, que ultrapassam R\$ 3 milhões, das contas de suas empresas, em datas próximas a pagamentos de contratos públicos, configurando indícios de lavagem de capitais”, diz a PF no relatório

Procurado, o empresário afirmou que os saques são referentes a pagamentos a funcionários e prestadores de serviços de sua empresa. “O presente processo tramita sob segredo de Justiça, razão por que as manifestações da defesa ocorrem exclusivamente nos autos, em estrita observância às determinações legais”, afirma, em nota.

Alcolumbre, por sua vez, afirmou que “não possui qualquer relação com a atuação empresarial de seu segundo suplente”.

Ao longo das apurações, os investigadores identificaram saques sucessivos em espécie nas contas de Chaves Pinto que ultrapassam R\$ 3 milhões. As retiradas eram feitas em diferentes agências bancárias do Amapá.

Uma dessas retiradas, monitoradas pela PF, ocorreu em 7 de novembro de 2024, em uma agência bancária em Santana (AP), município a cerca de 20 quilômetros de Macapá. Na ocasião, alertados de que Chaves Pinto havia provisionado a retirada de R\$ 350 mil em espécie, agentes se postaram em frente ao local.



**Breno Chaves Pinto foi flagrado entrando na agência do banco – Foto: Reprodução**

De acordo com o relatório da vigilância, o empresário chegou à agência às 13h14, no banco de carona de uma SUV branca. Ele desceu do veículo carregando uma mochila azul, entrou na agência, onde permaneceu por aproximadamente 30 minutos. Após deixar o estabelecimento bancário, entrou no mesmo carro, que o aguardava do lado de fora, e partiu em direção à sede de uma de suas empresas.





**Breno Chaves Pinto foi flagrado deixando agência de banco –  
Foto: Reprodução**

A PF identificou que, na ocasião, o carro que levou e aguardou Chaves Pinto na porta da agência bancária estava registrado em nome da Lojas 2A Ltda., que vende produtos importados em Macapá. A firma tem como únicos sócios Alberto Brasil Alcolumbre e André Luiz Brasil Alcolumbre, primos de primeiro grau do presidente do Senado.



### **PF monitorou movimentação de Breno Chaves Pinto – Foto: Reprodução**

O documento da transação, obtido pelo GLOBO, informa que o veículo da empresa dos primos foi vendido oficialmente em julho de 2025 para Chaves Pinto, quase 9 meses depois do flagra da PF relacionado ao carro.

A transação foi comunicada no dia 24 daquele mês, dois dias depois de o empresário ser alvo de buscas e apreensões da PF, durante a Operação Route-156.

Procurado, André Alcolumbre afirmou que o veículo foi vendido de fato para Chaves Pinto em 2022, “com valor da venda devidamente recebido em nossa conta corrente”. De acordo com ele, a transferência não ocorreu na ocasião “por erro material”.

Pelo Código de Trânsito Brasileiro, o comprador de um veículo tem prazo de até 30 dias para efetuar a transferência de propriedade junto ao órgão de trânsito, sob pena de multa.

# Obras em rodovia

Segundo decisão da Justiça Federal que autorizou a operação, a investigação aponta a atuação de uma organização criminosa voltada à fraude do caráter competitivo de licitações realizadas pela superintendência do Dnit no Amapá.

A PF encontrou diálogos e troca de documentos sigilosos entre o superintendente e representantes das empresas antes mesmo da publicação dos editais. Uma conversa de 25 de outubro de 2023, interceptada pelos investigadores, mostra o chefe do Dnit local agradecendo ao suplente de Alcolumbre pelo aumento nos recursos enviados ao órgão. Ele atribui a quantia às “tratativas do nosso senador”, referência, segundo a apuração, ao presidente do Senado.

Em outro trecho da investigação, o então superintendente pede que Chaves Pinto peça a Alcolumbre que pressione o governo a liberar os pagamentos, evidenciando, segundo decisão judicial, o uso de influência política para obtenção de verbas ao Dnit.

“Solicita a Breno que fale com o senador Davi Alcolumbre para postar uma foto, e para ‘dar uma pressão no governo para liberar nossos empenhos”, diz trecho da investigação

A apuração teve início a partir de denúncias que indicavam favorecimento de empresas em quatro licitações realizadas pelo Dnit. Auditorias da Controladoria-Geral da União indicaram lentidão na execução das obras e possível desvio de recursos. Também foram apontadas transações financeiras com indícios de lavagem de dinheiro e atuação de organização criminosa composta por agentes públicos e empresários.

Procurado, o Dnit não se manifestou. Na época da operação, o órgão afirmou colaborar com a investigação e que as “instâncias de integridade da autarquia também estão apurando os fatos a fim de adotar as medidas administrativas que forem necessárias”. “O Departamento repudia qualquer prática fraudulenta ou ato de corrupção e conta com uma Política

Antifraude e Anticorrupção que, entre outros aspectos, deixa clara essa premissa”, disse, em nota.

Os contratos investigados pela PF somam R\$ 60,2 milhões e envolvem pregões para manutenção e recuperação de trechos da BR-156. A suspeita é de que o grupo simulava concorrência em licitações para direcionar contratos às empresas investigadas.

A BR-156 é a principal via rodoviária do Amapá, com 823 km de extensão entre Laranjal do Jari e Oiapoque. A precariedade na manutenção da estrada afeta diretamente o acesso da população a serviços básicos.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, responsável por implementar a política de infraestrutura de transportes terrestres no país. Entre suas atribuições estão a construção, manutenção e fiscalização de rodovias federais, além da gestão de obras em ferrovias, hidrovias e instalações de apoio ao transporte.

## **Alvo em 2022**

Em dezembro de 2022, Chaves Pinto já havia sido alvo de uma operação da Polícia Federal. Na ação, os agentes apreenderam cerca de R\$ 800 mil em dinheiro vivo na sede da empresa durante a investigação que apura fraudes e superfaturamento na mesma obra rodoviária no Amapá.

A investigação começou em razão de um inquérito sobre a inserção de informações falsas no sistema do Ibama para a movimentação de créditos florestais para “esquentamento” de madeiras de origem ilegal. A PF verificou a ocorrência de suposto superfaturamento no valor de R\$ 6,1 milhões nas obras tocadas pela firma do segundo suplente do senador, que é investigado pelos crimes de organização criminosa, peculato, corrupção ativa e passiva, fraude à licitação, falsidade

ideológica e lavagem de dinheiro.

Procurado em março de 2023, o empresário afirmou que a Justiça havia autorizado a devolução dos bens apreendidos e disse que a acusação de compra de madeira ilegal aconteceu em razão de um erro na aquisição do produto, com a compra endereçada para a sede da empresa e não para o local da obra, o que contrariaria as regras do Ibama. Ele também negou irregularidades ou conflito de interesses nas contratações envolvendo as empresas que comanda.

O episódio envolvendo os primos do senador e o avanço das investigações da Polícia Federal no Amapá ocorrem em meio a um momento de tensão política em Brasília. Nas últimas semanas, Alcolumbre tem manifestado a interlocutores insatisfação com operações da PF no estado que atingem pessoas de seu entorno político, incluindo o segundo suplente e apurações relacionadas ao banco Master.

PF faz buscas em endereços de Daniel Vorcaro.